

Freyre, Pierson, Florestan: *democracia racial* e *mestiçagem* na obra de Thales de Azevedo (1949-1975)

Ricardo Fagundes Sangiovanni¹

1.

A estrutura deste ensaio é simples, e seu objetivo, modesto: proponho-me aqui a identificar e acompanhar as noções de *democracia racial* e de *mestiçagem* na obra de Thales de Azevedo, entre 1949 e 1975, esforçando-me por apontar e discutir - na medida do possível, dado o estágio ainda inicial de minha pesquisa de doutorado - , as semelhanças, as diferenças e, sobretudo, as transformações, a mim perceptíveis, do pensamento do autor acerca desses temas.

Essa tarefa, embora pouco ambiciosa, parece-me essencial no curso da pesquisa que desenvolvo acerca das relações raciais na Bahia na trajetória intelectual de Azevedo: será, imagino, a partir do estabelecimento desses "marcos", identificados na leitura dos textos do próprio autor, que partirei, nos próximos anos, à empreitada de interpretar as transformações ocorridas entre eles - primeiro, através de uma análise de natureza epistemológica, teórica e metodológica de cada etapa de seu trabalho acerca dessa temática; em seguida, por meio de uma análise - subsidiada por um levantamento de informações biográficas - dos diferentes contextos (institucionais, sociais, históricos, políticos, econômicos etc. , mas também os de relações interpessoais e suas dinâmicas de vinculação) sobre/sob os quais se produziu seu pensamento acerca dessas questões².

Nesse horizonte, uma leitura e reflexão preliminares me permitem entrever que o olhar de Thales de Azevedo sobre as relações raciais, rastreado aqui nessas duas noções, parece passar por uma espécie de *deslizamento epistemológico*, que parte de uma perspectiva inicial, em linha geral, "freyriana" - em que as tensões raciais aparecem como mínimas e

¹ Universidade Federal da Bahia. Doutorando pelo Pós-Afro (Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos) - CEAO/FFCH.

² Venho, aos poucos, pavimentando meu trajeto metodológico à luz de um conjunto de diferentes autores e tradições da pesquisa de caráter biográfico e/ou acerca de trajetórias intelectuais. A figura de Thales de Azevedo encaixa-se alguns desses ramos, como o das pesquisas acerca da história e consolidação da Antropologia e das Ciências Sociais no Brasil (CORRÊA, 1998), da corrente da chamada sociologia dos intelectuais (MICELI, 2001; BOURDIEU, 1996;1998) e das reflexões sobre trajetórias de grupos (PONTES, 1996; WILLIAMS, 1980) ou famílias (BRANDÃO, 2005) de literatos/intelectuais, dentre outras. Sem me propor aqui a discorrer sobre o marco teórico-metodológico de minha pesquisa, replico um excerto de Gildo Marçal Brandão que sintetiza, no momento, o que ando pensando nesse sentido: "[as ideias de um autor] não podem ser tomadas isoladamente, correlacionadas caso a caso com eventos, grupos ou fenômenos sociais; são antes resultantes, traduzem relações existentes entre grupos no interior da sociedade global, são momentos não apenas constituídos, mas constituintes dessas relações – sem contar que, quando realmente significativas, sobrevivem aos seus contextos de origem, são universalizáveis e podem ser interpeladas a partir de outras condições e perspectivas" (2005 : p. 244).

residuais ante um contexto brasileiro (peculiar e supostamente exemplar ao mundo) de franca harmonia entre as raças, do qual a mestiçagem aparece como índice e prova retórica - ; em seguida, atravessa uma fase, por assim dizer, "piersoniana" - em geral menos comprometida em sustentar a tese da inexistência ou fraca ocorrência de preconceito racial (embora significativamente simpática a esta), e mais em demonstrar que episódios de eventual hierarquização social calcada no contraste entre brancos e negros (e/ou entre mestiços, numa escala cromática do claro ao escuro) fossem emanção ou decorrência, residual e *per se* não-estruturante, do preconceito de classe, este sim fundamento último de toda discriminação que se pudesse supor de caráter racial - ; até chegar a uma leitura tendencialmente "florestaniana" - em que, embora o preconceito racial seguisse sendo entendido como uma espécie de "contaminação" da contemporânea sociedade de classes pela estrutura societária do antigo regime (fortemente estratificada e pretensamente imóvel, que legava ao negro uma condição de inferioridade que limitava sua ascensão no novo esquema de classes), sobrevinha o entendimento de que o preconceito racial no Brasil era fortemente enraizado, cristalizado e sistematicamente ocultado, e que seguia em franco processo de reprodução social à medida em que ia sendo reinventado em novas modalidades de discriminação e hierarquização - nas quais os negros, muito embora participantes da sociedade de classes, tendiam a seguir tendo nela um lugar estruturalmente marginal.

Se adianto aqui essa proposta de itinerário, não é por pretender começar a escrever o ensaio pelas conclusões, e sim para adiantar ao leitor o viés que foi tomando minha reflexão, construída ao longo de uma leitura dos textos de Azevedo que, inicialmente, buscava apenas mapear a aparição das noções de *democracia racial* e de *mestiçagem*, mas que, à medida em que foram emergindo contrastes e mesmo contradições, não pude blindar do assédio de uma atitude confessadamente interpretativa. Alternativamente, poderia ter simplesmente disposto aqui uma sequência de excertos e fragmentos que buscassem, por meio de uma narrativa persuasiva, induzir o leitor a enxergar a transição entre um outro quadro epistemológico, conforme propus acima, como algo supostamente auto-evidente. Mas isso não seria justo: afinal, apesar de toda minha honestidade científica, essa é uma interpretação minha, pela qual me responsabilizo, com a qual não estou certo de que o autor estudado concordaria - e, evidentemente, com a qual o leitor não é obrigado a concordar, a despeito de minha inegável intenção de atrair-lhe a simpatia.

Antes de seguir adiante, listo as obras que examinei para construir este trabalho - que, em vez desta forma insossa de um texto, talvez funcionasse melhor na forma de uma

linha do tempo disposta sobre uma enorme parede branca, onde de cada data saísse uma seta apontando para as noções de *democracia racial* e *mestiçagem* respectivamente correspondentes a cada livro e/ou ensaio aqui tratado, com seus respectivos excertos comprobatórios colados ao lado, e por sua vez ao lado destes uma miríade de anotações miúdas à mão, e setas apontando relações e conjecturas possíveis, e sobre estas outras e mais outras até formar um emaranhado colorido de linhas - o que seguramente não seria nada claro, mas certamente ofereceria um retrato mais fidedigno de como anda minha cabeça neste momento desta pesquisa. Mas como tal parede ainda não existe - e, mesmo que existisse, o conhecimento acadêmico ainda não se transmite através de paredes - , aceitemos este texto, subsidiado pela leitura das seguintes obras: *Povoamento da Cidade do Salvador*, publicada em 1949, especialmente os capítulos "Começa a Mestiçagem", "Mecanismos de integração biossocial" e "Democracia Racial"; a curtíssima coletânea *Civilização e Mestiçagem*, de 1951; *As Elites de Cor: um estudo de ascensão social*, publicado em 1955 (que teve sua primeira edição em francês, em 1953); *Ensaio de antropologia social*, de 1959, especialmente o ensaio "Classes sociais e grupos de prestígio"; *Cultura e situação racial no Brasil*, publicado em 1966, especialmente o ensaio "Mestiçagem e Status"; e, por fim, *Democracia Racial: ideologia e realidade*, editado em 1975, especialmente os ensaios "Africanos e Negros no Brasil: uma síntese" e o ensaio que empresta título à coletânea.

Não serei capaz, ainda, de afirmar com precisão o que imagino serem os porquês - até porque serão certamente tantos, e de naturezas tão diversas - da sucessiva transformação por que passa o olhar de Azevedo ao longo do tempo; mas, por outro lado, não me furtarei - sujeitando-me ao erro e solicitando de antemão a colaboração do leitorado mais bem informado - de sugerir alguns caminhos interpretativos, os quais pretendo explorar ao longo dos próximos anos de trabalho.

2.

O Povoamento... é uma coletânea de ensaios de caráter essencialmente histórico-ecológico em que Thales de Azevedo discute, a partir de uma quantidade admirável de documentos e principalmente relatos de terceiros (entre viajantes e cientistas), o processo de formação da cidade e as circunstâncias em que teria se dado.

O título do capítulo "Democracia Racial" é uma das raras vezes em que Thales de Azevedo utiliza a expressão em sua obra antes do livro de 1975. Ali, o autor parece corroborar a linha de pensamento influenciada por Gilberto Freyre, ao referir-se, com

aparente anuência, à "quase ausência de preconceito, herdada dos séculos de convívio com mouros e prêtos", graças à qual "o branco português, sempre em minoria sensível na Bahia, conseguiu absorver parte dos africanos que importou" (1969 : 223-224). Azevedo conclui o capítulo afirmando que, desde o primeiro quarto do século de 1800, Salvador "já era uma democracia racial governada não exclusivamente pelos brancos, mas também [citando Von Spitz e Von Martius] 'por aqueles que assim se consideravam'" (id., ibid. : 228).

Esse entendimento - ao que tudo indica, repito, fortemente influenciado pelas ideias de Gilberto Freyre, hegemônicas, nos anos 40, acerca da configuração sócio-racial do Brasil - obviamente não exclui a existência de algum nível de conflito racial no país - "houve, naturalmente, conflitos entre os tipos étnicos que aqui se reuniram" (id. ibid. : p. 222) - , algo que aliás esteve longe de ser ignorado pelo autor pernambucano; mas tende a enquadrá-las, na análise do período colonial, em um contexto de motivações não essencialmente raciais - "ao que parece, êsses conflitos traduzem sobretudo antagonismos econômicos" em que, nos "casos isolados de intolerância para com pardos, prêtos e caboclos", pesavam mais "a ascensão política da plebe do que indícios de ódio entre as raças" (id. ibid. : 222).

A *mestiçagem* - tema caro a Azevedo ao longo de toda a sua obra sobre as relações raciais, como veremos - aparece como uma espécie de traço atávico da formação do povo brasileiro, tendo começado desde a primeira estadia dos grumetes da esquadra de Cabral na terra de Vera Cruz:

Nos vinte meses que ali permaneceram aquêles jovens, começou o longo e difícil processo de aculturação entre europeus e aborígenes em terras do Brasil. A mestiçagem com certeza iniciou-se na mesma ocasião com a ligação dos portugueses às índias. Desde que foram admitidos à convivência na taba local, os mancebos lusitanos devem ter recebido, como uma deferência característica daqueles povos, mulheres igualmente jovens para coabitação. Dessas uniões nasceram, não há porque duvidar, os primeiros mameluros [sic] baianos (id. ibid. : 93)

O viço miscigenador supostamente trazido pelo português aparece, na mesma obra, numa tentativa de análise psicológica das características da infância numa Bahia historicamente miscigenada, em que Azevedo aponta o que enxerga como "uma série de compensações que permitiram se processasse sem grandes abalos biológicos e psicológicos, sem *traumas* graves, sem ressentimentos generalizados, antes excepcionais, a integração tanto de enjeitados e órfãos como de bastardos, de filhos de padre, de crias de escravas" (id. ibid. : 203):

Além da já proverbial miscibilidade do português, da ausência pode-se dizer praticamente completa de preconceitos de côr e mais ainda de raça, da inexistência de barreiras religiosas intransponíveis, da ampla mobilidade vertical, ascendente e também descendente, entre as classes sociais e econômicas, da sentimentalidade, da frouxidão da censura moral, protegeram a criança diversas instituições que não indagavam da sua origem, côr, ou fortuna. (id. ibid : 203)

Ocioso repisar o romantismo de tal cosmovisão. Romantismo talvez de natureza semelhante ao que permitia a Azevedo imaginar, não sem base em razoável quantidade de relatos, que "na vida sossegada e amena dos brancos" e "na própria liberdade despreocupada e ruidosa dos negros e sobretudo dos mulatos", entre outros aspectos, "a Bahia era a mais típica cidade portuguesa do Brasil, caráter que firmara desde o seiscentos e que em pleno século XIX impressionaria aos viajantes europeus que a visitavam" (id. ibid : 219).

Quais as razões desse tipo de retrato? - me pergunto. Para além da influência de um evidente ponto de vista culturalista (possivelmente lastreada na leitura de Freyre), terei de pesar, na análise que pretendo desenvolver, o fato de que a pesquisa e o livro em questão haviam sido encomendados a Thales de Azevedo pelo governo baiano - o governo Mangabeira (1947-51), "marcado por moderação política e iniciativas modernizantes operadas sob o signo da conciliação com a tradição" (DANTAS NETO, 2006 : p. 77), a quem, aparentemente, interessava construir uma mitologia de origem acerca da Bahia que, ao menos nesse nível imemorial, vivificasse certa interpretação, então hegemônica, do Brasil como país "inclusivo", em que, ao contrário do que propugnava o abominável racismo norte-americano, todas as raças figuravam como iguais, amalgamadas em um só povo, miscigenado desde o primeiro dia talvez da colonização portuguesa.

Há que se matizar, além disso, a noção de raça de que aparentemente partia Thales de Azevedo, então médico formado pela tradicional Faculdade de Medicina da Bahia, naquele seu primeiro trabalho de maior fôlego acionando uma erudição entre científica e folclorista, a serviço de uma linha de reflexão de caráter histórico. Ao que tudo indica, a noção de raça em questão era a de "raça biológica" - logo, possivelmente na intenção de sobrepujar o ideário fundado no racismo científico enunciado na segunda metade do século XIX, Azevedo, como outros autores, talvez tenha recaído na exageração proposta como antípoda à intolerância racial cientificamente justificada: a tese da miscigenação como evidência concreta da inexistência ou da fraca manifestação de fronteiras (biológicas e sociais) entre as diferentes raças.

3.

O prestígio alcançado graças à boa recepção de *O Povoamento...*, sobretudo a nível local (BRANDÃO, 2005 : 303) favoreceu que Thales de Azevedo consolidasse, entre outros progressos profissionais, a transição da antropologia médica para o universo das ciências sociais, e o início de uma conseqüente ascensão profissional neste último. O principal rastro desse movimento é provavelmente o livro *As Elites de Cor: um estudo de ascensão social*, produzido, inicialmente, sob os auspícios de um convênio de cooperação científica entre a Universidade Columbia, dos Estados Unidos, e o Governo da Bahia, e, por fim, apadrinhado pela Unesco, que adotou e direcionou a pesquisa, editando por fim o livro (MAIO, 1999, 2000; GUIMARÃES, 1996). Aquele trabalho, portanto, teve um cariz mais empirista - tendo utilizado como subsídios estatísticas de fontes diversas, entrevistas com informantes selecionados e dados colhidos a partir da observação participante em campo -, e menos o viés histórico do livro anterior. O objetivo central daquele volume, conforme o título indica, era demonstrar a existência de mecanismos de ascensão social a pessoas "de côr" (i.e.: negras e mestiças) na Salvador do início dos anos 1950.

Ao contrário do que vimos em *O Povoamento...*, a expressão *democracia racial* não é utilizada nenhuma vez por Thales de Azevedo em *As Elites...* - é mencionada apenas escassamente em excertos de terceiros citados, com os quais Azevedo não se compromete. Mas o quadro epistemológico daquela obra, muito embora reconheça a existência e relate episódios de discriminação em que a cor da pele emerge como índice, corrobora o entendimento de que tal preconceito seria 1) brando; 2) nem sempre sistemático e certamente não-estruturante; 3) nem sempre exterior (do branco em relação ao mestiço de pele escura ou negro), mas, em muitos casos, partiria do próprio negro (que racionalizaria como preconceito sua própria timidez e/ou sentimento de inferioridade); e, por fim e principalmente, 4) reflexo ou emanção de um preconceito mais abrangente e realmente fundamental: o de classe, do qual a cor da pele era mais um índice entre outros equivalentes, como origem social, nível educacional, profissão etc.

Ou seja: embora não positive a noção de *democracia racial* - esta talvez já gasta e excessivamente associada à crença numa imperante harmonia entre as raças e/ou na inexistência de preconceito racial no Brasil (ideia monolítica de que o texto de Azevedo parece querer se afastar), o quadro epistemológico acionado pelo autor em *As Elites...* não deixa de ser contíguo àquele prefigurado por Gilberto Freyre - deslocado, evidentemente, o

ponto de vista histórico para o da pesquisa de campo empírica e a estatística: o de que no Brasil, e mais cristalinamente na Bahia, o preconceito de cor, ao não se manifestar enquanto ódio de raças da mesma maneira que nos Estados Unidos ou na África do Sul, podia ser considerado brando e não-estruturante, a rigor um mero (e, bem verdade, indesejável) resíduo da estrutura societária colonial - supostamente segregada entre senhores (logo, brancos ou claros) e escravos (logo, negros ou escuros) - na nova "sociedade multi-racial de classes" - estratificada apenas entre ricos (logo, circunstancialmente brancos ou claros) e pobres (logo, circunstancialmente negros ou escuros). Tal sociedade de classes, à medida em que se desenvolvesse na Bahia, impulsionada pela industrialização iminente, em paralelo à manutenção do padrão de miscigenação - que supostamente já operava no sentido de homogeneizar o fenótipo da população (tornando-a "mestiça tendendo ao branco"), franqueando-lhe acesso a um universo cultural e comportamental de matriz europeia - reduziria a um mínimo o preconceito e as tensões raciais. Essas, em linhas gerais, eram já as conclusões a que chegara Donald Pierson em *Pretos e Brancos na Bahia: um estudo de contato racial* - teses que Azevedo reafirma textualmente em mais de uma dezena de passagens de seu livro, mesmo quando as evidências etnográficas coligidas por ele mesmo pareciam apontar em outra direção.

Não pretendo aqui minimizar a qualidade ou a valia etnográficas do trabalho de Thales de Azevedo em *As Elites...* - ao contrário: trata-se de um precioso conjunto de registros de costume e comportamento na Bahia de meados do século XX, e é justamente a honestidade do pesquisador em relatá-los, com variedade e riqueza de detalhes, que proporciona a sensação de desencaixe, e mesmo de contraste, entre os dados etnograficamente referidos e o quadro epistemológico em que eles aparecem inseridos. A sensação é de que os dados se prestariam a demonstrar, em muitos casos, algo diverso, e mesmo contrário, ao que o pesquisador afirma em suas análises.

Talvez isso fique mais claro com alguns exemplos verificados em passagens do livro - aqui pinçados, reconheço, não por acaso, mas que certamente não serão os únicos que o leitor encontrará naquele volume. Ressalvada a possibilidade de anacronismo por parte da minha leitura, parece-me difícil conceber, ante relatos como o de "um preto" que informa que muitos negros ou pessoas de pele escura simplesmente deixavam de frequentar clubes sociais porque sabiam que, "na dança [sic] é que o preconceito se manifesta" (1955 : 169-170); ou o caso em que "um estudante mulato" que fora designado para contracenar com uma colega branca em uma "cena de namoro" de uma peça teatral escolar, "depois de vários ensaios, foi

substituído por um branco sob a alegação de que ele já aparecia em muitas cenas e era necessário dar oportunidades a outros estudantes" (id., ibid. : 121); ou ainda o dado bizarro de que, em transfusões de sangue, "famílias brancas preferiam doadores brancos, mostrando-se constrangidos quando o doador era um mulato ou preto" (id., ibid. : 90) - enfim: parece-me difícil, como eu ia dizendo, conceber, ante uma porção de casos como esses, que fosse possível sustentar que

Creio mesmo que seja necessário que a sociedade baiana (...) [conheça] bem como o problema das relações inter-raciais se processa na Bahia e no resto do Brasil para que [possa] colaborar para que nossa terra possa ser sempre apontada como uma daquelas raras, em todo o mundo hodierno, em que pessoas de origens étnicas diferentes convivem de modo bastante satisfatório sem embargo da diversidade e até do contraste entre seus tipos físicos. (id., ibid. : 21)

Quanto à noção de mestiçagem, esta aparece como "uma evidência muito significativa das boas relações inter-raciais na Bahia", haja vista a "intensidade e a liberdade com que a mestiçagem se processa" (id., ibid. : 48). Azevedo corrobora a tese assimilacionista de que "por efeito da mestiçagem e outros fatores sócio-biológico[s] o grupo mais escuro, de fenótipo preto, vem sendo absorvido gradativamente no caldeamento étnico" (id., ibid., : 51), e mais adiante cita, aparentemente endossando, um escritor seu contemporâneo, J. Valadares, que diz que "todos notam que marchamos para uma população totalmente mestiça, mas com aparência de branca" (id., ibid., : 51). Assim, Azevedo conclui que

O crescimento moderado porém contínuo do grupo branco, pela incorporação dos mestiços branqueados e pelas melhores condições sócio-econômicas das camadas superiores da população, de que participa a imensa maioria dos descendentes de europeus, faz com que decresça no cômputo total a quantidade relativa de pessoas de cor, ao mesmo tempo que estas passam a ser representadas por uma proporção cada vez maior de mestiços. (id., ibid., : 52)

Ora: mesmo preocupado em contrariar a tese da inferioridade biológica do negro, Azevedo acaba corroborando, apoiado nas estatísticas e dados científicos de que dispunha, a tese (de resto clássica em expoentes do racismo científico, como Nina Rodrigues) da tendência ao desaparecimento, pelo caldeamento étnico, do fenótipo negro na sociedade brasileira - muito embora afirmasse também (causando-me, confesso, alguma confusão) que "na Bahia os fatores de segregação e discriminação que influem sobre os mais escuros dos seus habitantes são muito diminutos" (id., ibid. : 49).

Semelhante entendimento parece um oportuno corolário ao pensamento freyriano de que

Concorreram poderosamente para a aproximação e para as boas relações entre as raças na Bahia, como em todo o Brasil, o tratamento de modo geral brando e humano que os proprietários dispensavam a seus escravos e atuação do clero católico procurando desde os primeiros dias da importação de africanos incorporá-los à fé e à civilização dos portugueses. (id., ibid. : 49)

Curiosamente, Freyre é muito pouco citado ao longo de *As Elites...*, ao contrário de Pierson, que fora apenas remotamente referido em *O Povoamento...*, e que, por sua vez, agora aparece como grande provedor de lastro teórico às reflexões de Thales de Azevedo. Impossível, no ponto atual de minha pesquisa, explicar essa aparente inversão. Entretanto, é importante sinalizar que, inicialmente, a intenção da Unesco era contar com Pierson para desenvolver as pesquisas que resultaram naquele livro - o que não ocorreu por incompatibilidade com a agenda de compromissos do pesquisador norte-americano (CORRÊA, 2013). Quer dizer: guardadas todas as ressalvas possíveis, é significativo o fato de que Azevedo estava, praticamente, "substituindo" Pierson naquela empreitada. Ademais, o entendimento de Alfred Métraux, antropólogo que coordenava o projeto Unesco e que trabalhou junto a Thales na confecção de *As Elites...*, era sensivelmente divergente do de Freyre, sobretudo no que dissesse respeito à noção de democracia étnica ou racial, que Métraux rejeitava - muito embora lhe parecesse alvissareira a possibilidade de confirmar a Bahia como um território "exemplar" de convivência inter-racial (MÉTRAUX, 1952; MACAGNO, 2013). Foi também Métraux quem determinou que o caráter de *As Elites...* deveria ser essencialmente empírico, com muita ênfase no trabalho de campo, e pouca ou nenhuma em pretensões a eruditas reconstruções históricas.

4.

Em comentários posteriores à publicação de *As Elites...*, Thales de Azevedo afirma que, por conta da influência de Alfred Métraux naquele trabalho, dois ensaios foram suprimidos do volume publicado. Essa informação é controversa (GUIMARÃES, 1996) e carecerá de investigação; mas o fato é que em um deles - "Classes sociais e grupos de prestígio", publicado posteriormente - Azevedo parece querer dar mais ênfase à correspondência entre classe social e cor da pele - mais do que fizera Pierson, e com mais clareza do que fizera ele próprio em *As Elites...* :

Em nossos dias, para os baianos mais modestos a sociedade local compõe-se dos "ricos e dos pobres". Os ricos são os brancos, os que 'não pegam no pesado', isto é, os que trabalham com a cabeça, os que usam gravata, os doutôres, os empregados

do Govêrno, os negociantes fortes; os pobres são os pretos, "os que suam" fazendo trabalho manual e braçal, os humildes, na terminologia política derivada da Ditadura [Vargas]. É a este último grupo que se costuma chamar 'a gente do povo' ou simplesmente 'o povo'; um indivíduo dêste grupo é muitas vêzes descrito no noticiário dos jornais como 'um popular'. (1959 : 107)

Essa distinção é viabilizada teoricamente através de uma análise do cenário social baiano um tanto distinta daquela proposta por Pierson, e confirmada por Azevedo em *As Elites...*, de que a Bahia fosse uma "sociedade multi-racial de classes". Sem negar completamente essa ideia, o antropólogo baiano propõe que, imbricada à *noção de classe*, operava também uma *noção de status*. Ou seja, além da estratificação (com mobilidade) pela condição material, funcionaria, como que sobreposta a esta, uma outra (sem mobilidade), baseada no grau de prestígio dos diversos grupos sociais - o que, evidentemente, concorria para a cristalização dos privilégios aos brancos, seguidos dos mestiços de pele clara, dos mestiços de pele escura, e dos negros.

Não é o caso de aprofundar aqui essa discussão. Para já, é suficiente notar que essa nova leitura (ou, a quem prefira, esse acréscimo à leitura anteriormente apresentada em *As Elites...*) parece marcar o início de certa "ruptura negociada" de Azevedo com a *noção de democracia racial* e/ou seu campo semântico. Afinal, propor uma correspondência Rico-Branco x Pobre-Preto significava, de certo modo, ir de encontro ao ideário segundo o qual o terreno para o desenvolvimento da moderna sociedade de classes no Brasil era o da harmonia entre as raças, ou mesmo o da incidência muito atenuada de tensões raciais.

Muda, também, a conotação atribuída à *mestiçagem* por Azevedo: esta não mais aparece como um índice das boas relações inter-raciais e passa a ser tida apenas como uma espécie de catalisador da "ascensão automática dos grupos de côr e segmentos mais elevados de seu estrato" e propiciador da "ascensão individual a posições nas camadas superiores" (id., *ibid.* : 117). No fundo, o que Azevedo parece estar dizendo é que, sim, há uma estratificação sistemática entre brancos e negros, e também que, sim, "branquear" não apenas socialmente, mas também fenotipicamente, seguia sendo um dos caminhos de ascensão social mais interessantes à disposição na sociedade baiana.

Se minha leitura estiver correta, Azevedo curiosamente consegue enxergar a hierarquização sistemática entre brancos e negros, e, ao mesmo tempo, seguir pretendendo que uma verdadeira sociedade de classes - ou seja, livre dos privilégios do status e dos estigmas da raça, a rigor, intransponíveis - só seria, de fato, viável, por meio da eliminação das raças, ou da diferença entre elas. Nesse sentido, ao seguir sustentando que o fenótipo

branco seguiria crescendo vegetativamente, que os fenótipos mestiços aumentariam exponencialmente, e que o fenótipo negro se reduziria a um mínimo, Azevedo pouco avança em relação às suas reflexões anteriormente expostas acerca da *mestiçagem* e seus efeitos sociológicos. De contrabando, a aposta seguia sendo na eliminação, de fato ou simbolicamente - fenotípica, mas também no aspecto comportamental - , do negro da sociedade como um dos principais elementos à mão para a formação de uma verdadeira sociedade de classes:

Até que ponto as marcas raciais ou o tipo físico continuarão a agir como peso fixativo ou descensional, é assunto que somente a investigação poderá determinar, sem perder-se de vista a função da mestiçagem que, branqueando a população no duplo sentido antropofísico e social, poderá agir concomitantemente em favor da tendência à constituição de verdadeiras classes sociais. (id., ibid. : 119)

5.

A análise sociológica de Azevedo mudaria pouco acerca dos aspectos aqui tratados no ensaio "Mestiçagem e Status", publicado em 1966. Para não cansar demais o leitor, aponto apenas o que parece ser um raro momento em que o autor revisa as próprias teses, frustrado em seguida por um novo endosso à leitura freyriana:

Em obra publicada em 1949 [O Povoamento...] tentamos a hipótese de que foi através da mestiçagem cultural e biológica que o português se integrou no ambiente total brasileiro, ao lado de índios, de negros e de outros tipos humanos tão diferentes do seu em cultura, em posição social, em fenótipo, integração social relativa sem verdadeira assimilação, embora sob um mínimo de discriminações ostensivas e confessadas. [E, quando o espaço parece aberto a uma inflexão, Azevedo arremata com o elogio das teses de Freyre:] Essa função integradora global da mestiçagem é a que Gilberto Freyre, através de toda sua obra, tem atribuído [à] mestiçagem nos termos em que a mesma se efetivou e continua atuando no Brasil." (1966 : 23, comentário meu entre colchetes)

Ainda não me debrucei o suficiente acerca desse período da obra de Azevedo, de maneira que não apresento aqui nenhuma reflexão concreta acerca do porquê da aparente ruptura com o ideário da *democracia racial* em paralelo à manutenção de certa crença redentora na noção contígua de *mestiçagem*. Entretanto, é importante sinalizar que, nos anos 60, a visão do Brasil como exemplo de harmonia entre as raças já não tinha a mesma força que tivera na primeira metade do século - ao menos entre a comunidade científica e organismos internacionais, como a própria Unesco. Ademais, o cenário de conflito racial nos Estados Unidos, antes tido como abominável e fratricida, engendrou uma luta anti-racista que,

a partir dos anos 60, trouxe uma série de conquistas aos negros daquele país - bem mais que os êxitos da luta anti-racista no Brasil, sem que isso implique em demérito desta última - , porquanto associada à luta pela igualdade de direitos civis. Mesmo no Brasil, as pesquisas de Florestan Fernandes e Oracy Nogueira, no âmbito do próprio projeto Unesco, já postulavam conclusões que, se por um lado ainda não "isolavam" a questão da discriminação racial enquanto fulcro, *per se*, da reprodução da desigualdade racial - e, conseqüentemente, social - , por outro, davam conta de denunciar certo grau de falácia contido em interpretações segundo as quais o Brasil fosse território de harmonia inter-racial, "raro" ou mesmo "exemplar" ao mundo em termos de relações raciais.

6.

Já vou encerrando. Quando propus, acima, que Azevedo, nos anos 70, transita de uma visão "freyriana" e/ou "piersoniana" para uma mais "florestaniana", não quis com isso dizer que o antropólogo baiano tenha aderido completamente à reflexão de corte marxista que marca o pensamento do sociólogo paulista. Apenas quis sugerir que, em seu último livro publicado sobre o tema das relações raciais, em 1975, Thales de Azevedo trata, abertamente e pela primeira vez, a expressão "democracia racial" como "mito". Naquele livro, o autor baiano lista e discute uma extensa relação de situações, a maior parte delas noticiadas pelos jornais da época, em que episódios de flagrante preconceito racial lhe parecem ser sistematicamente tratados, por comentaristas de diversas formações e proveniências, como exceções à ideologia brasileira de suposta cordialidade e harmonia entre as raças - hábito que, em vez de contribuir para elucidar e superar, apenas reforçaria o mito da democracia racial.

A atribuição de atos discriminatórios a influências externas e à quebra dos mores dominantes, a prática dissimulada e não confessada dos mesmos atos e a reiteração da ideologia da equanimidade racial como algo congênito aos brasileiros - em cujo passado se supõe não haver precedentes legais e costumeiros do preconceito e suas conseqüências na ação - seriam meios ou resultariam - em vez do diagnóstico da situação - em manutenção do mito e em desencorajamento da análise respectiva. (1975 : 56)

A influência de Florestan, portanto, se não chega a cooptar Azevedo ao marxismo, certamente leva o autor baiano a calibrar o tom de seu texto, posicionando-se, no livro de 1975, na trincheira dos denunciadores do chamado "mito da democracia racial". Pesam mais, agora, "o estigma da servidão, o despreparo para as atividades urbanas e industriais e a marca indelével e indisfarçável da raça e da 'côr'", enquanto determinantes do "destino que por

longos e multiplicados decênios pesaria sobre o destino das pessoas de cor, relegadas às posições, às atividades, aos condicionamentos subalternos ainda nos dias presentes" (id., ibid. : 26). O leitor depreende dali um Thales mais crítico, que observa que estavam "aumentando as oportunidades [de inserção profissional e educação] não só para as mulheres como para o 'povo' e, pois, 'para a gente de cor', sem que se haja, contudo, modificado substancialmente a distribuição por classes sociais, nem se diluído as barreiras entre estas" (id., ibid.).

Parece-me evidente que essa linha de reflexão é significativamente diversa - senão diametralmente oposta - àquela proposta por Pierson e esposada pelo próprio Azevedo duas décadas antes. Mais diversa ainda o é em relação às teses de Gilberto Freyre. Também a visão acerca da *mestiçagem* ganha uma nova camada: embora aparentemente não abandone suas convicções quanto a seu papel biossocial integrador, Azevedo parece agora preocupado em sinalizar o caráter falacioso de certo traço "atávico" e "naturalizador" da *mestiçagem* - que, quando entendida enquanto índice da inexistência de preconceito racial, só contribuiria para sua perpetuação.

Intriga-me, entretanto, confesso, que o antropólogo baiano em nenhum momento pareça ter se ocupado em sinalizar, ao conhecedor de sua obra, que avançara, amadurecera ou alterara algumas de suas reflexões. Ao contrário: Azevedo parece, às vezes, querer afirmar, com base nas mesmas evidências etnográficas ou estatísticas coligidas décadas atrás, o oposto do que havia dito antes; em alguns momentos do texto, ao denunciar figuras que lhe parecem atuar como agentes da reprodução social de estigmas e preconceitos de raça - como, por exemplo, um juiz para quem "a crença de que a larga mestiçagem evidencia a ausência de preconceito" - o autor elude ao leitor o fato de que ele mesmo, anos atrás, mostrava-se convencido de que diferentes raças só "misturam seus sangues" "quando não as separa [as diferentes raças] o ódio ou o preconceito." (1951 : 48)

O objetivo aqui não é induzir a um julgamento moral - de resto, injusto e inútil - do cientista social baiano, senão abrir uma nova frente de questionamentos: que variáveis estavam em jogo (interpessoais, institucionais, políticas, ideológicas etc.) para explicar a "transição negociada" pela qual - suponho eu - passa o pensamento de Thales de Azevedo acerca da questão racial? Não tenho, no momento, evidências que me levem a pensar que não se trate apenas de mais uma típica encarnação dos pruridos de certo discurso científico, nem sempre disposto a reconhecer as próprias viragens ou falhas.

Acerca desse momento, apenas uma variável - além do recrudescimento dos avanços em relação à luta anti-racista e ao pensamento acerca das relações raciais no Brasil e no



mundo - me parece clara e digna da maior atenção ao longo de minha pesquisa: o entendimento de que "o Brasil não pratica, não compreende, não aceita a discriminação ou segregação racial" (id., ibid. : 54), que Azevedo ora atacava, passara a ser adotado como discurso oficial da diplomacia brasileira, alardeado aos quatro ventos em fóruns internacionais. Diplomacia esta, por sua vez, a serviço da hedionda Ditadura Militar então em curso - a mesma Ditadura que, no final dos anos 60, fechara o Instituto de Ciências Sociais da Universidade da Bahia e escanteara, por conta do não alinhamento ideológico, seu diretor, Thales de Azevedo.

Referências Bibliográficas

Obras de Thales de Azevedo:

Povoamento da Cidade do Salvador. Salvador: Itapuã, 1969

Civilização e Mestiçagem. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1951

As Elites de Cor: um estudo de Ascensão Social. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1955

Ensaio de Antropologia Social. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1959

Cultura e Situação Racial no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966

Democracia Racial. Petrópolis/RJ: Vozes, 1975

Demais autores:

BOURDIEU, Pierre. "O Ponto de Vista do Autor". In: *As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996

_____. "A ilusão biográfica" in: AMADO, Janaina. FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998 pp. 183-191

BRANDÃO, Maria de Azevedo. *Thales de Azevedo: dados de uma assinatura (Com depoimentos de T. de Azevedo)*. Salvador: ABA, 1993

_____. "Thales de Azevedo: ciclos temáticos e vigência na comunidade acadêmica". *Caderno CRH, Salvador*, v. 18, n. 44, pp. 299-311, Mai./Ago. 2005

_____. "Thales de Azevedo, a institucionalização das ciências sociais na Bahia e o ciclo de estudos das relações inter-étnicas" *Afroasia, Salvador*, n. 17, pp. 213-229. 1996



BRANDÃO, Gildo Marçal "Linhagens do Pensamento Político Brasileiro" In: DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 2, pp. 231 a 269. 2005

CORRÊA, Mariza. As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. Bragança Paulista (SP): Edusf, 1998, pp. 13-80

DANTAS NETO, Paulo Fábio. Tradição, Autocracia e Carisma: A Política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974). Belo Horizonte: Editora UFMG ; Rio de Janeiro : IUPERJ/UCAM, 2006

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca, vol.1 - 5. ed. São Paulo: Globo, 2008

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala São Paulo: Global, 2006 (51a. edição)

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. "As elites de cor e os estudos de relações raciais". Tempo Social, revista de sociologia da USP, São Paulo, 8 (2) p. 67-82, Out./ 1996.

MACAGNO, Lorenzo Alfred Métraux: antropologia aplicada e lusotropicalismo in: Etnográfica, 17 (2): 217-239, jun.2013

MAIO, Marcos Chor. "O Projeto Unesco: ciências sociais e o “credo racial brasileiro”". Revista USP, , São Paulo, n.46, p. 115-128, jun./ago. 2000

_____. "O Projeto Unesco e a agenda das Ciências Sociais no Brasil dos anos 40 e 50". Rev. Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, vol. 14 p. 141-158 out./1999

_____. "Estudos de Comunidade e relações raciais". Cadernos de Campo, São Paulo, n. 18, p. 257-271, 2009

MÉTRAUX, Alfred. "Une enquête sur les relations raciales au Brésil". In: Le Courier, Paris: Unesco, ago./set. 1952

MICELI, Sergio. Intelectuais à Brasileira. São Paulo, Cia. das Letras, 2001

NOGUEIRA, Oracy. "Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem" In: Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1 pp. 287-308

PIERSON, Donald. Brancos e Prêtos na Bahia: estudo de contacto racial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2a. ed. 1971

PONTES, Heloísa. "Círculos de Intelectuais e experiência social". XX Encontro da ANPOCS, Out./1996.

WILLIAMS, Raymond. "The Bloomsbury Fraction" In: Problems of Materialism and Culture, London: Verso, 1980